

18/05/2017 11:55 - Janot determina exoneração de procurador preso em operação da PF



O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou na manhã de hoje (18) uma mensagem aos procuradores do Ministério Público Federal (MPF) em que confirma ter pedido ao ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), a prisão preventiva do procurador Ângelo Goulart Vilela, preso na manhã desta quinta-feira pela Polícia Federal (PF). Janot também pediu a prisão preventiva do advogado Willer Tomaz.

“As prisões preventivas foram por mim pedidas com o objetivo de interromper suas atividades ilícitas”, justifica-se Janot na mensagem, alegando que a nova fase da Operação Lava Jato, deflagrada esta manhã, “tem um gosto amargo para o MPF”. Segundo o procurador-geral, os pedidos de prisões de Vilela e de Tomaz estão “embasados em robusta documentação, coletada por meio de ação controlada”.

Além da prisão de Vilela, Janot determinou sua imediata exoneração da função de assessor da Procuradoria-Geral Eleitoral junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e revogou a participação do procurador na força-tarefa do caso Greenfield, que apura suspeitas de irregularidades em quatro dos maiores fundos de pensão do país.

A prisão de Vilela foi executada por agentes federais acompanhados por dois procuradores regionais da República. Policiais federais também apreenderam documentos em endereços ligados a Vilela – inclusive no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde Vilela trabalha.

“A responsabilidade criminal do procurador e dos demais suspeitos atingidos pela operação de hoje será demonstrada no curso do processo perante juízos competentes, asseguradas todas as garantias constitucionais e legais”, assegura Janot, confirmando que Vilela e Tomaz são investigados por tentativa de interferir nas investigações da Operação Greenfield e de atrapalhar o processo de negociação de acordo de colaboração premiada de Joesley Batista, dono do grupo JBS.

Nesta quarta-feira (17), o jornal O Globo noticiou que, em delação premiada, Joesley Batista gravou uma conversa em que o presidente da República, Michel Temer, sugere que fosse mantido o pagamento de uma “mesada” ao ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e ao doleiro Lúcio Funaro para que eles ficassem em silêncio sobre suspeitas investigadas pela Operação Lava Jato envolvendo integrantes do governo e políticos da base. O STF ainda não confirmou informações oficiais sobre a suposta delação do empresário, nem tornou público os supostos áudios.

Fonte: Redação